



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

O PAPEL DOS CENTROS HISTÓRICOS NA CIDADE: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE SÃO JOÃO D'EL REI E TOURS

SILVA, Alzilene Ferreira da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
E-mail: lenesferreira@yahoo.com.br

1. Introdução

O trabalho que ora apresenta-se tem como fito desenvolver um estudo comparativo entre os Centros Históricos das cidades de São João D'el Rei, no Brasil, e Tours, na França. O intuito primordial consiste em analisar o papel e as representações que são fortemente associadas ao Centro Histórico das respectivas cidades, que influenciam nos seus usos e funções. Nessa perspectiva faz-se necessário traçar um panorama do histórico dos Centros, verificando nesse percurso seus limites (físicos e simbólicos), funções, usos e práticas sociais que contribuíram/contribuem para a consolidação de determinadas representações sobre os respectivos Centros Históricos.

As problemáticas e os percalços que envolvem os estudos sobre os Centros Históricos tornou-se profundamente discutidos pelas diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia, a História, o Urbanismo. A soma dos conhecimentos teórico-conceituais gerados pelos diversos campos de estudos vem proporcionando um fecundo debate interdisciplinar, numa tentativa de alcançar melhores compreensões acerca do objeto.

Cumprido, nesse sentido, ressaltar o estrito engate da temática com as políticas de revitalização urbanas, que se alinham a nova onda de processos de *gentrification* do patrimônio cultural. No rastro dessas alterações sócio-espaciais, as áreas centrais e portuárias das cidades vêm sendo transformadas em pontos de consumo cultural e turístico, destinado, sobretudo, a classe média. Sobre isso elucidada Featherstone,

Em suma, aqueles que procuram investir em novas indústrias de serviços, informação e alta-tecnologia podem ser influenciados pelo ambiente e pelo capital cultural das cidades, eventualmente contribuindo para acelerar as estratégias de reconversão, como o redesenvolvimento e a *gentrification* de áreas urbanas centrais e portuárias. Sob condições globais de competição intensificada e com a liberação das forças de mercado para investimento e fluxos de capital, as cidades tornaram-se empresariais e mais conscientes de sua própria imagem, inclusive dos modos como essa imagem se traduz na geração de empregos para a economia local. Como disse Harvey (1988), as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

idades precisam mobilizar a cultura para se transformar em iscas para o capital”. (1995, p. 149).

Leite (2004), por sua vez, esclarece que esse tipo de intervenção urbana tem-se proliferado no Brasil principalmente a partir da década de 1980, o que vem transformando as áreas centrais de cidades históricas degradadas em locais de entretenimento e consumo cultural.

No que concerne ao patrimônio faz-se mister ressaltar que a França, com seus castelos, edifícios, museus, consiste em um dos países que mais investem em patrimônio histórico no mundo. Desse modo, o país ganha relevo no quadro internacional, não apenas pela diversidade de sua beleza, também por ser referência na área de valorização e restauração do patrimônio. Com uma experiência diversificada a França atende aos países do Leste Europeu, da Ásia e América do Sul (VICENT, 2009), a exemplo do Brasil. O conhecimento dos profissionais na área de preservação de patrimônio histórico da França é aplicado nos trabalhos de recuperação de centros urbanos brasileiros, realizados, sobretudo, através do programa Cidade Brasil – acordo de recuperação de patrimônio assinado pelos governos dos dois países.

Por ano o governo francês destina em média 300 milhões de euros para manutenção do patrimônio, investimentos que visam à proteção e conservação de “cerca de 40 mil imóveis, 98 centros urbanos e mais de 120 mil objetos, o complexo sistema de proteção e conservação aplicado no país é usado como referência internacional. [...] Os centros urbanos incluídos na lista de preservação do país atingem aproximadamente 7 mil hectares e um milhão de habitantes, em locais construídos do período medieval até épocas mais recentes. (SANTAMAURO; MOLINA, 2007). Nesse sentido, cumpre ressaltar que a França recebe por ano cerca de 76 milhões de visitantes estrangeiros, atraídos não apenas pela paisagem natural, especialmente porque o país “possui a fama de deter um dos mais ricos e conservados patrimônios do mundo.” (VINCENT, 2002, sem paginação).

Na esteira da grande ênfase atribuída ao patrimônio, Françoise Choay, defende que os centros históricos precisam ser revitalizados para serem habitados e não para se tornarem objetos mortos para o consumo mercantil. Enfatiza, ainda, que os centros



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

recisam ser reapropriados pelos seus cidadãos, para que, assim, seja também preservadas a cultura e identidade.¹

Atinente a esses aspectos o sociólogo francês Henri-Pierre Jeudy (2005, p. 42), afirma que na Europa, o patrimônio representa uma questão de identidade cultural e cada região dispõe do seu próprio patrimônio, o que demonstra sua capacidade multicultural, para satisfazer aos ditames da globalização.

Paulo Peixoto, referindo-se ao tema, elucida que a origem da noção de centro histórico é fruto da sociedade industrial. O crescimento urbano veloz, a partir do Século XIX, dilatam-se no compasso acelerado da industrialização.

Por ora cumpre evidenciar que a polissemia que envolve este tema, tem proporcionado um rico entrecruzamento de visões, consensos e discordância, especialmente no que diz respeito a valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros, que “na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável.” (FUNIRI; PELEFRINI, 2006, p. 29).

Esses aspectos permeiam o trabalho, uma vez que, as intervenções e políticas de conservação do patrimônio, podem contribuir para corroborar as representações sobre o centro histórico.. Estas relações apontam para a importância de estudos que levem em consideração aspectos referentes às cidades, ao simbólico, às representações, à memória, ao patrimônio. Nesse particular busca-se apoio teórico em áreas do conhecimento como: a Antropologia, a Sociologia, o Urbanismo, a Geografia, e a História, que trazem importantes contribuições ao trabalho. Diversos autores vêm desenvolvendo trabalhos relevantes o âmbito dessas abordagens Canclini (1999, 1997, 2008), Certeau (1994), Leite (2004), Castells (1983), Frúgoli (1995, 2006), Villaça (2001), Choay (2001), Zukin (2000), Scocuglia (2003), Peixoto (2004), Jeudy (2005) entre outros autores apresentados ao longo deste texto. Além disso, faz-se necessário considerar os estudos de Lefebvre, Le Corbusier, Fortuna. Assim, os trabalhos engendrados por esses autores estimulam e desafiam a traçar o caminho da pesquisa.

2. Centros Históricos no Brasil: São João d’el Rei e Tours algumas considerações

¹ PATRIMÔNIO: Centros Históricos devem ser habitados e não “objectos mortos” defende investigadora francesa. **Jornal Portal de Nisa**. Nisa/ Portugal, 15 de maio de 2009. Disponível em <http://jornaldenisa.blogspot.com/search?q=Fran%C3%A7oise+Choay>. Acesso em 5 de jun. 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O período que marca a passagem do Século XIX para o Século XX abre as cortinas para um cenário pintado com profundas mudanças que reverberaram em escala global, imiscuindo-se os diversos contextos: social, político, econômico e cultural.

Essa constelação de transformações encontra-se ainda embalado por um pujante sentimento nacional. Nutrido por esse clima nações são geradas. No rastro dessa propensão, as nações são movidas pela dicotomia do mundo que cria novas relações, se integra e se conhece, mas que, por outro lado, elabora caminhos alicerçados pelas heterogeneidades, em que as diferenças levam ao estranhamento. Nesse compasso ganha nitidez a construção de “histórias nacionais que se materializavam em “patrimônio nacionais” a serem protegidos da destruição, como legado de um tempo – passado – às gerações futuras.” (CHUVA, 2009, p. 43).

Não alheia a essa reluzente tendência, o Brasil, através de iniciativa do Estado, inicia o processo de elaboração de uma concepção de cultura, tendo como pilar a idéia de nação, “construída pelas políticas oficiais e práticas de preservação” (LEITE, 2004, p. 28). Almeja-se, portanto, nesse contexto, a formulação da identidade nacional. Assim, as discussões em torno dessas concepções entrelaçam-se com a preocupação em pensar o ‘Brasil-Nação, sua identidade nacional e sua cultura no contexto pós-abolicionista, republicano e capitalista’ (LEITE, 2004).

Seguindo essa senda as práticas de preservação cultural no Brasil busca promover a integração cultural e territorial. Por ser primordial a definição do patrimônio histórico e artístico nacional, cria-se, de acordo com a política nacionalista do Estado Novo, o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, através do decreto Lei N 25, sob a regência de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, do Governo Getúlio Vargas.

Iluminado pelos ideais modernistas da Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo em 1922, o SPHAN segue o caminho delineado pelo Movimento Modernista, que além de difundir uma mudança estética, engendra uma nova linguagem e modo de ver e pensar o Brasil e a sua cultura. Gustavo Capanema, “ao aderir aos princípios modernistas, viabilizou o envolvimento dos intelectuais modernistas com as políticas culturais em pleno Estado Novo. [Tal vínculo] iria desenhar a fisionomia conceitual de ma expressão embrionária de cultura nacional e culminar em uma concepção arquitetônica que simbolizasse uma nova tradição brasileira”. (LEITE, 2004, p.49).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O grupo de intelectuais modernistas mineiros articulados em torno e Gustavo Capanema, ministro da educação e Saúde de 1934 e 1945, era fortemente marcado por um racionalismo universalista, e tinha na “civilização” seu projeto de modernidade, o que significava participar do concerto internacional das nações modernas, mesmo considerando as especificidades que distinguiriam o “ser brasileiro”. Seria, portanto, o “patrimônio nacional” um elo de integração do Brasil ao mundo civilizado, o que se processou por meio da identificação de valores universais na produção artística colonial herdada pela nação brasileira. Unificavam-se, assim, nação e cultura, constituindo-se o patrimônio nacional” em peça fundamental no processo de construção da nação.” (CHUVA, 2009, p. 32).

A idéia de patrimônio desenvolve-se como “expressão de um ‘caráter nacional’ ao mesmo tempo histórico e universal”. Assim, ao incorporar o pensamento de unicidade de formas e conteúdos, os modernistas abrem caminho contrário ao estilo desenvolvido na Europa, a saber: o eclético. Este estilo era representativo das concepções de modernização para o republicano. Advém da germinação dessas idéias as viagens dos modernistas para o interior do Brasil, sobretudo, para as cidades coloniais de Minas Gerais, “cuja arquitetura barroca poderia expressar o retorno a um passado ‘legítimo’ e representativo de uma originalidade cultural brasileira.”²

As idas e vindas dos modernistas pelos lugares recônditos de Minas Gerais, viabilizou a valorização da tradição, um resgate do passado, cujo símbolo maior foi o barroco mineiro. O grupo de modernistas – Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Rodrigo Franco, Tarsila do Amaral, Lúcio Costa – visitaram as cidades do ouro, quais sejam: Sabará, Ouro Preto, Tiradentes, São João Del Rey entre outras. Não foi fortuito, entretanto, que em 1933, se deu na cidade de Ouro Preto, a primeira ação de preservação em solo brasileiro. Ouro Preto torna-se o emblema, o parâmetro arquitetônico que “representariam a idéia de nação. [...] A cidade tornou-se, assim, uma espécie de laboratório prático das referencias conceituais que o próprio SPHAN tentava construir. [...] tornou-se um mito fundante, espécie de centro exemplar da própria idéia de Brasil.”. (LEITE, 2004, p. 50).

Fato esse ainda mais incentivado com a descentralização das políticas de preservação no Brasil. Nos anos de 1970, o SPHAN viu-se impossibilitado de manter com recursos federais, a agenda de conservação e manutenção do acervo brasileiro.

² LEITE, *op. cit.*, p. 49. (grifos do autor).



Outro fato marcante é que os anos pós 1970 consiste o momento em que floresce o avanço teórico em relação a preservação. “Minas Gerais passa a concentrar o maior número de sítios reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, Ouro Preto, Diamantina, e Congonhas do Campo, um grande peso na configuração do Circuito das Cidades Históricas Mineiras”. (COSTA, 2007, p. 35).

Nesse sentido dois eventos principais influenciam sobremaneira os novos rumos do processo de preservação do patrimônio no Brasil, a saber: a realização dos Encontros dos Governadores, ocorridos em 1970 em Brasília e em 1971 na cidade de Salvador – momento em que foram traçados os novos princípios de preservação levando-se em consideração a participação dos estados. Estes eventos basearam-se nas diretrizes sublinhadas na Carta de Veneza (1964), que tinha como base o nexo entre a preservação do patrimônio e estratégias de planejamento urbano.

Diante do breve encadeamento cumpre salientar que a Carta de Veneza já destacava a importância de desenvolver cuidados especiais e de preservação com os centros históricos das cidades. É sob esse novo enfoque que redefinem-se as ações de preservação no Brasil. Daí decorre, igualmente, a incorporação das práticas de preservação as políticas urbanas e o conúbio com o desenvolvimento regional e local. Chega-se, assim, ao novo ponto conceitual, que desfoca da idéia da preservação relacionada à formação da nação e passa a adotar outra concepção teórica “a valorização do patrimônio como recurso para o desenvolvimento das cidades históricas. [...] Essa orientação econômica nas políticas e patrimônio, [...] representa também uma reformulação da noção de lugar”. (LEITE, *op cit*, p. 58).

Já no entardecer do século XX, aprofunda-se outra realidade, o nexo entre cultura e mercado, e os centros históricos passam a ser alvo de projetos de revitalização urbana “de caráter patrimonial [...] A maior parte desses projetos repete a mesma fórmula, sem questionamento crítico: patrimonialização, estetização, especularização, padronização dos espaços, e o que é pior, *gentrificação*.” (JEUDY, 2005, p. 11-12).

A adoção da arquitetura do período colonial como a “representante ‘genuína’ das origens da nação” (CHUVA, 2009, p. 48), significou também a adoção de um estilo, ao estabelecer as linhas a serem seguidas para as novas construções realizadas no Centro Histórico de Ouro Preto. Assiste-se, ainda, nesse limiar, a partir dessa ‘redescoberta’ do Brasil, a introdução de cidades mineiras no cenário do turismo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Barbara Freitag, em seu artigo “A revitalização dos Centros históricos das cidades brasileiras, defende a tese de que existe uma “itinerância” das cidades no Brasil e aliado a esse processo acontece concomitante o que a autora denomina de “poderes peregrinos” e “representações nômades”.

A socióloga desenvolve uma Tipologia das cidades brasileiras que permite identificar cinco tipos de cidades, quais sejam: 1) Cidades históricas (em sua origem), via de regra construídas no período colonial, sitiadas, invadidas, destruídas e revitalizadas pela modernidade (Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outras); 2) Cidades históricas esquecidas, [...] sobrevivem intocadas às intempéries do tempo e à margem da fúria modernista. Sua beleza e originalidade são redescobertas e revalorizadas no Brasil na segunda metade do século 20 (Parati, Tiradentes, Olinda entre outras). 3) Cidades históricas abandonadas, descuidadas, em ruínas, “mortas” (São Miguel – dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul); 4) Cidades sem história, projetadas na prancha, para territórios vazios (Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Marília, Londrina, entre outras); 5) Cidades utópicas são cidades que não saíram do papel (os projetos urbanísticos de Le Corbusier para o Centro de Paris, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires e Montevideú, entre muitos outros);

Para o intuito da abordagem aqui proposta, sobre Centro Histórico – abraçando a tipografia apresentada, que serve de fio guia para relacionar as cidades históricas e seus respectivos centros históricos – a escrita, mormente debruçasse, mais especificamente, sobre os dois primeiros grupos das cidades históricas nascidas no Período Colonial: cidades coloniais esquecidas e cidades históricas (em sua origem), revitalizada na modernidade. Esses dois conjuntos de cidades destacam-se na contemporaneidade notadamente pelos projetos de “preservação” e “revitalização”. As primeiras passaram por um longo período de ‘adormecimento’. Foram em sua maioria cidades que tiveram seu ápice durante o período de extração do ouro, cobiçado no século XVIII. Fazem parte desse grupo de cidades, para citar algumas, Olinda, em Pernambuco, as cidades do ouro, em Minas Gerais, Diamantina, São João Del-Rei, Tiradentes, Ouro Preto, Mariana, e ainda Parati, no Estado do Rio de Janeiro – que servia como porto por onde escoava o mineral.

A partir deste momento, o horizonte é observado com o empenho de perscrutar, em linhas gerais, as características referentes as cidades pertencentes ao segundo grupo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

elencado – cidades históricas esquecidas, que permaneceram intactas ao longo do tempo e longe da onda modernista (Parati, São João Del Rey, Olinda, Diamantina entre outras). As cidades que fazem parte do chamado Circuito das Cidades Históricas de Minas Gerais são emblemáticas nesse sentido, porque possuem um valioso conjunto de bens patrimoniais que permaneceram resguardados ao longo dos tempos. Atualmente, os Centros Históricos destas cidades “representam uma materialidade refuncionalizada, quer dizer, tais bens culturais são transformados em atrativo para o desenvolvimento da atividade e para a satisfação dos turistas. Esta materialidade pretérita remanescente torna-se “objeto atrativo” através de uma construção simbólica influenciada pelo mercado por meio do ‘marketing turístico’”. (COSTA, 2007, p.18). Nesse particular, toma-se como exemplo a cidade mineira de São João Del – Rey³, por pertencer ao grupo e ser foco do trabalho de pesquisa proposto. Com cerca de 80 mil habitantes, São João d’el Rei, teve seu núcleo histórico original (cujo estilo arquitetônico é o colonial barroco), tombado pelo SPHAN, em 1938.

Em 1704, surge o Arraial de Nossa Senhora do Pilar, atual São João D’el Rey, pouco tempo depois em 1713 é elevada à categoria de Vila. A nascente vila já ocupa posição privilegiada como núcleo e centro econômico e administrativo com forte supremacia regional. As transformações ocorridas na Vila muito foram vicejadas pela posição estratégica de passagem de tropas, mercadorias e viajantes. Além disso, a fertilidade do solo foi outro aspecto muito relevante, que contribuiu sobremaneira para a dinâmica da Vila com o comércio de abastecimento. O ouro da sua comarca, todavia, não foi abundante em comparação com as outras áreas de minério, e não tardou a extinguir-se. Mas a Vila possuía outras atividades (agrícolas, pecuaristas e comerciais) que a sustentou economicamente, inclusive como importante abastecedora de alimentos para outros mercados como o Rio de Janeiro. Nesse sentido, vale dizer que São João D’el Rey teve um caminho distinto de outras vilas, que sofreram o processo de estagnação com a decadência da mineração. E com a vinda da Corte para o Brasil, a região centro-sul firmou-se enquanto centralidade, antes exercida pelo Nordeste. Tal acontecimento, sem dúvida, favoreceu a posição de São João D’el Rey como centro de comércio regional., capaz de destaca-se como importante setor financeiro. Resulta daí o

³ Em 2007, foi eleita a Capital Brasileira da Cultura, corroborando para os anseios de ter o nome da cidade na vitrine do cenário nacional ou até mesmo internacional. Alimentando, desse modo, o turismo, que se tem como pilar, além do consumo visual da arquitetura colonial a elaboração de uma imagem simbólica dos lugares. (COSTA, 2007).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

surgimento de casas bancárias, em São João, ligadas as operações de câmbio e crédito. Os relatos dos viajantes sobre a localidade denunciam sua infra-estrutura já consolidada, pois é “descrita pela variedade de lojas comerciais, com grande estoque de produtos diversos, entre eles muitos importados, outros mais grosseiros, fabricados na província, e grande carga de sal”⁴

Essas atividades influenciaram as edificações de São João no Período Colonial e Imperial deixando suas marcas “a opulência e a ostentação do barroco através de suas representações na arquitetura, sobretudo religiosa. Segundo Costa (2007), a organização do espaço estabelecida no centro histórico de São João d’el Rey cristalizou os distintos momentos da história da economia da cidade, quais sejam: o período da mineração e a fase agropecuária e comercial vigente até a atualidade. Apesar da sua peculiaridade no que se refere a uma dinâmica econômica contínua, que cooperou para uma “relativa descaracterização do seu centro histórico, persiste um espaço antigo que apresenta formas mantenedoras de antigos conteúdos [...] que denominamos eixo colonial. [Este eixo que representa] uma espacialidade caracteristicamente barroca, concentra hoje os principais ‘objetos atrativos e suporte’ ao turismo da cidade.”. (COSTA, 2007, p. 80-81). Cumpre, então, salientar que, São João d’el Rey possui uma formação singular,

evoluiu de arraial minerador para um pólo comercial região do Campo das Vertentes, é responsável por sua característica mais interessante: uma mescla de estilos arquitetônicos que tem origem na arte barroca, passa pelo ecletismo e alcança o moderno. Em São João del-Rei, é possível apreciar a evolução urbana de uma vila colonial mineira, cujo núcleo histórico permanece bastante preservado em harmonia com as construções ecléticas do século XIX e as mudanças ocorridas no século XX. (ÁVILA, 2010, sem paginação).

Se de um lado São João D’el Rey não foi completamente abandonada por causa do esgotamento do ouro, reverso de outros exemplos de cidades mineiras, porque manteve uma dinâmica econômica. Mas guardou seu núcleo original, situação que para Bárbara Freitag, “sem dúvida se deveu ao fato de outras cidades em sua proximidade”.⁵, como é o caso de Tiradentes. Por outro lado as mutações ocorridas no Século XX, não feriu substancialmente a cidade, ou seja, São João d’el Rei não sofreu as cirurgias no seu tecido urbano engendrado pela febre modernista, que almejava forjar a imagem de uma

⁴ COSTA, 2007, passadim. P. 48 – 54.

⁵ FREITAG, Barbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. **Urbanidades**. Disponível em: e-groups.unb.br/ics/sol/urbanidades/barbarafreitag.htm. Acesso em 05 de maio de 2010, sem paginação.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

cidade diferente da colonial (como o que ocorreu com as cidades da primeira tipologia – origem histórica).

São João D´el Rei apresenta, portanto, uma situação bastante peculiar, pois viveu distintas etapas históricas que foram materializadas no espaço – da construção colonial a moderna. A cidade ainda não vivenciou as marcantes transformações geradas pelo turismo, como a vizinha Tiradentes, Ouro Preto, Salvador onde a atividade turista abarcou grande parte do núcleo histórico.

Em São João d´Rei, o turismo conta atrativa pelo seu patrimônio histórico, artístico e cultural, representação material e imaterial de nossa memória, com uma agenda estabelecida anualmente o que prevê a realização de eventos diversos, festas sacras e profanas como: Encontros Gastronômicos, Feiras de Artesanatos, Programação da Semana Santa (tradicional no Brasil por conservar as antigas características barrocas), Festividades religiosas ao longo do ano, Inverno Cultural, Encontros de Motocicletas, Shows, Peças Teatrais e Musicais, etc. (COSTA, 2007, p. 24).

Perscrutando as especificidades de cada parte do Centro Histórico sãojoanense, pode-se identificar uma outra parte onde agrupa-se as construções ecléticas, do início do Século XX. É nessa área, que estão localizados alguns equipamentos, como o Shopping da cidade, restaurantes, pousadas, danceterias, bares etc. que segue uma nova tendência e função que remete a lógica das cidades maiores. E ainda uma terceira parte identificada como eixo comercial⁶, que assim como o eixo eclético enfeixa um número representativo de comércio e serviço, voltado para a camada de maior poder aquisitivo e turistas. A população de maior poder aquisitivo reside mais na parte onde estão concentradas as construções ecléticas, dado a valorização imobiliária, do que na parte colonial que é mais desvalorizada. O eixo comercial ocorre os eventos como shows, desfile de escolas de samba que atraem a camada popular.

Essas singularidades remetem-se a outras experiências que possuem percurso distinto, especialmente no que se refere a função residencial. Comumente os centros históricos vêm sofrendo paulatino processo de esvaziamento. No que se refere as cidades que são, aqui, identificadas como pertencentes ao grupo das cidades históricas (em sua origem) essa problemáticas apresenta-se de forma mais gritantes. Os desdobramentos dessa situação foram gestados desde a virada do Século XIX para o Século XX.

⁶ Emprega-se no tocante a divisão das áreas do Centro Histórico a ‘classificação’ apresentada por COSTA (2007), que a separa por eixos: eixo colonial, eixo eclético e eixo comercial.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Nesse período as cidades, em sua grande maioria, refletiam o retrato dos tempos da colônia e começa a tracejar os primeiros contornos da grande batalha que era moldá-las a imagem e semelhança das cidades inglesas, sobretudo, francesas. Ao longo do Século XIX já assiste-se os anseios de modernizar a sociedade brasileira. Mas é com a República que o sonho adquire maior consistência de um projeto sistemático que visava a romper com os laços de um imaginário colonial. Isso ecoa nos quatro cantos do país, a exemplo de “Minas Gerais, onde a tradição colonial parecia dominar absoluta a paisagem arquitetônica, a nova capital foi projetada com um marco da ruptura com essa tradição.” Então, Belo Horizonte surge como síntese de uma arquitetura da modernidade, em um momento em que o barroco ainda não exercia o simbolismo que passou a ter com o movimento modernista.

A saída da elite dos Centros Históricos foi algo recorrente, especialmente, nas cidades coloniais (em sua origem), fato este, sem dúvida, que contribuiu profundamente para o que se chama de processo de ‘decadência’ ou ‘deterioração’ (Villaça, 2001, p. 277). Esmacendo, assim, uma das características primordiais de um centro que é o seu poder de agrupar uma diversidade de funções, usos: comércio, habitação, serviços etc. Há um aspecto, nesse tocante, ainda mais premente que seria a capacidade de aglutinar pessoas de diferentes camadas sociais. A pujança dessa articulação se desbota quando a camada de maior poder aquisitivo migra para outra parte da cidade. (VILLAÇA, 2001).

Nesse processo aqui em foco, apresenta uma característica instigante que vem ganhando relevo, especialmente, nas cidades de grande ou médio portes, a criação do que Tereza Caldeira, denomina de “enclaves fortificados” – são os condomínios fechado, que vem alterando significativamente o modo como as pessoas da classes média e alta vivem, consomem etc. É interessante salientar que os “enclaves fortificados conferem a construção de símbolos de status, que consiste um processo que cria diferenças sociais. (CALDEIRA, 2000, p. 258-259).

Voltando ao contexto das cidades históricas esquecidas, em algumas cidades percebe-se que função residencial, do centro histórico, não desempenha papel significativo. Com relação a cidade de São João d’el Rei, pode-se anotar outro aspecto notável, o seu Centro Histórico abriga função residencial, mas com algumas especificidades. Segundo Costa, o eixo colonial “tem como principal uso o residencial”



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

(COSTA, 2007). Não obstante, começa-se a visualizar um movimento de saída dos mais abastados.

Assim, teceu-se, um panorama geral de São João d'el Rei e seu Centro histórico, que desempenha relevante valor histórico e simbólico para a cidade. Sendo ainda um fecundo exemplo das discussões aqui apresentadas.

Reportando-se a realidade francesa – que também insere-se nos contornos investigativos desse trabalho, mais especificamente, o Centro Histórico da cidade de Tours – a escrita debruça-se, na tentativa de apresentar algumas características do Centro da cidade na França. Ora, a trama dessa questão é assaz ampla e complexa, por isso, traça-se a seguir, de modo sucinto, algumas considerações acerca do centro da cidade na França.⁷

No que se refere ao Centro da cidade na França, são urdidadas características distintas. Se no cenário brasileiro é possível perceber uma pluralidade de experiências, que não tramam o mesmo caminho, tendo as suas especificidades, então, o enredo em relação a outro país, revela-se impregnado de dessemelhanças. Mas pode, por vezes, apresentar pontos de convergência que serão comprovados ou refutados com o desenvolvimento da pesquisa.

O centro da cidade na França guarda as singularidades que comumente são atribuídas a essa área, trata-se de um espaço funcional e de forte significado simbólico. Área de inquestionável valor, guarda, ainda, as funções que amiúde são inerentes ao centro urbano: influencia política, econômica, religiosa e cultural. É, portanto, o ponto crucial que tem ascendência em relação aos demais espaçosos da urbe. Por isso, não é de se admirar que a população dos vilarejos, municípios dependam do centro, pois nele encontra-se uma variedade de serviços. Outrossim, concentra um número intenso de empregos, onde é possível encontrar as lojas de luxo, os espaços de lazer: teatros, cinemas, os shows etc. Desse modo, o centro apresenta traços peculiares das outras áreas da cidade, diferenciando-se tanto pela população que nele habita, como também pelo poder de aglutinar uma diversidade grande de pessoas. Assim, por enfeixar os

⁷ Apresenta-se aqui algumas considerações incipientes ainda, pois o aprofundamento se dará em uma segunda parte do trabalho de pesquisa.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

símbolos expressivos da cidade, é o lugar onde “todos os ‘tipos’ de pessoas se encontram”.⁸

No entanto, o panorama exposto nem sempre apresentou essas características. Em meados do Século XIX, o quadro delineado revela outras singularidades, os centros das cidades européias passaram por um processo de abandono. Entre outras explicações, pode-se apontar como fator mais imediato, a transferência dos investimentos que antes eram destinados aos centros, passam a ser empregados na construção de outros espaços da cidade. Nessa nova perspectiva, os prédios da Idade Média deixam de receber manutenção, e a situação toma novos contornos com o abandono da população residente – a burguesia deixa o centro e passa a habitar nos bairros erigidos próximo as fábricas.

Nesse sentido, a Revolução Industrial foi também um marco para o significado do centro na cidade. Nesse novo limiar, a aristocracia, a burguesia e comerciantes que residiam no centro da antiga cidade, ocupam outras áreas para além das muralhas. Nesse contexto, a população mais pobre e os idosos permanecem no centro e ocupam as casas outrora destinadas aos mais abastados.

Outra grande transformação ocorre nos centros com o término da Segunda Guerra Mundial, empregam-se esforços, para sobrepujar a degradação sofrida por esses espaços. Assim, em uma perspectiva funcionalista, o centro é alvo de medidas de revitalização. Nesse contexto, também, a preocupação com a preservação do patrimônio torna-se proeminente – como já foi abordado anteriormente. O referido horizonte temporal torna-se significativo, desencadeando o retorno da elite e classe média ao centro, sobretudo, por causa do seu valor simbólico. “A burguesia voltou não somente para apropria-se do espaço, também das marcas simbólicas desse espaço. Quanto mais prestigioso o prédio, mais prestígio tem quem mora.”⁹ Assim, o centro abandonado no período de formação da cidade industrial, volta a receber os investimentos da prefeitura, resultando em uma nova configuração, qual seja: “os mais ricos no centro, a classe média no pericentral, os pobres e estrangeiros nos subúrbios e a classe média e média baixa no peri urbano.”¹⁰

⁸ As considerações sobre o Centro da cidade têm como base as anotações das aulas da disciplina Antropologia Urbana, ministradas aos alunos do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, entre os meses de março a julho de 2007, pelo professor Patrick Le Guirriec. As aulas sobre o Centro da cidade ocorreram em maio desse ano.

⁹ LE GUIERRE, 2007. Anotações das aulas de Antropologia Urbana, maio de 2007.

¹⁰ LE GUIERRE, 2009.



No que diz respeito aos centros históricos nas cidades francesas, Roberto Miranda Magalhães (2006), apresenta um importante contributo acerca da temática. Em um estudo que envolve os centros de algumas cidades francesas, – Paris, Rennes, Pessac, Saintes, Bordeaux, Bayonne e Biarritz – além de abordar sobre a legislação de proteção do patrimônio da França, o autor traz a lume algumas características principais desses espaços, a saber: no centro residem pessoas de faixas etárias extremas, jovens e idosos. De modo geral as pressões do comércio concorrem com as funções residenciais dos centros. Muitas vezes torna-se necessário criar novas centralidades fora dos Centros Históricos, para descomprimir área central. Ademais, em determinados casos “os Centros Históricos ocupam apenas 1% da área urbanizada das cidades, mas representam os traços culturais únicos daquela sociedade”.¹¹ Outro aspecto destacado pelo autor, remete-se a freqüente ocorrência de eventos culturais que pululam nesses espaços, onde igualmente é grande o movimento nos bares e restaurantes, tendo uma notável animação noturna.

Tours, outra cidade da pesquisa, aqui delineada, consiste em uma antiga cidade localizada nas margens do Rio Loire. Na Idade Média foi um importante centro político e comercial. Chamada de “*Le Jardin de La France*”, é amiúde referenciada pela quantidade de castelos. “Em 1461, após os ingleses terem expulsado a família real francesa de Paris, Louis XI tornou Tours na capital de França e assim permaneceu até 1598.”¹² Na Segunda Guerra Mundial a cidade foi bombardeada, apesar disso, “o centro histórico [...] ficou intacto [...] e está repleto de casas medievais de estrutura de madeira e antigas torres de pedra”¹³ Na parte antiga da cidade localiza-se a *Place Pumereau*, importante local de reunião do Centro Histórico. A praça é marcada por uma efervescente vida cultural e artística. Outro aspecto relevante diz respeito ao significado simbólico atribuído ao Centro, isso porque a “cidade ganha sua identidade na parte central conhecida como ‘Le Vieux Tours’. [...] Com ruas estreitas, o centro é cheio de cafés, bares, lojas e restaurantes,” pequenas galerias e centro de artes. (MONETTI, 2006).

¹¹ Id. 2006, p. 3.

¹² FRANÇA Centro e Loire. **Mundo do Fred**. Disponível em http://mundofred.home.sapo.pt/paises/pt/franca_centro.htm. Acesso em 15 de abr. de 2009.

¹³ TOURS França. **Jornal Estadão**. Contexto. [São Paulo], 2007. Disponível em http://www.guiatimeout.estadao.com.br/franca_tours_contexto. Acesso em 16 de jun. 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

De modo breve expõe-se sobre as cidades e Centros Históricos que serão *locus* privilegiado do trabalho comparativo que ora se apresenta.

Referências Bibliográficas:

ÁVILA, Cristina. São João D'el Rei História. **Cidades Históricas Brasileiras**. Disponível em: http://www.cidadeshistoricas.art.br/saojoaodelrei/sjdr_his_p.php. Acesso: 06 de out. 2010.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidades de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

COSTA, Everaldo. Turismo e organização sócio-espacial no centro histórico de São João D'el Rey – MG. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Edusp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina. **Os arquitetos da memória: sociogenese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

_____. *O flâneur*, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

FRANÇA Centro e Loire. **Mundo do Fred**. Disponível em http://mundofred.home.sapo.pt/paises/pt/franca_centro.htm. Acesso em 15 de abr. de 2009.

FREITAG, Barbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. **Urbanidades**. Disponível em: e-groups.unb.br/ics/sol/urbanidades/barbarafreitag.htm. Acesso em 05 de maio de 2010. (sem paginação).

FUNIRI, Pedro Paulo; PELEFRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Edunicam, 2004.

MAGALHÃES, Roberto Anderson de Miranda. **A gestão dos centros históricos na França: proteção, reabilitação e revitalização**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/ Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/arquivos/ArtigoRoberto_site.pdf. Acesso



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

em 15 de maio de 2009.

MONETTI, Tino. **Revista XXY**. [s.n.]: CGA Produções, 24 out. 2006. Disponível em: <http://www.xxy.com.br/turismo/materia.asp?id=2173>. Acesso em: 5 de jun. de 2009.

PATRIMÔNIO: Centros Históricos devem ser habitados e não “objectos mortos” defende investigadora francesa. **Jornal Portal de Nisa**. Nisa/ Portugal, 15 de maio de 2009. Disponível em

<http://jornaldenisa.blogspot.com/search?q=Fran%C3%A7oise+Choay>. Acesso em 5 de jun. 2009.

PEIXOTO, Paulo. **O passado ainda não começou: Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tese de Doutorado, 2004.

PESSÔA, José Simões de Belmont. Os vazios nos centros históricos brasileiros. In.: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. 11, 2005, Salvador. **Anais**. Salvador [s.n.].

SANTAMAURO, Antonio; MOLINA, Ligia. Referência da paisagem. **Revista França Brasil**. São Paulo: Editora Conteúdo, n 281, mar./abr. de 2007. Disponível em http://www.conteudoeditora.com.br/franca_brasil/281_cultura.htm. Acesso em: 05 de junho de 2009.

TOURS França. **Jornal Estadão**. Contexto. [São Paulo], 2007. Disponível: www.guiatimeout.estadao.com.br/franca_tours_contexto. Acesso em 16 de jun. 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2 edição. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2001.

VINCENT, Jean-Marie. Conservação e valorização do patrimônio. **Análise e Reflexões**. Disponível em www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/npu/npu_patrimonio/producao_cientifica/outros/artigos/conserva_valorizacao_patr.pdf. Acesso: 6 de jun. de 2009.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In.: ARANTES, Antonio Augusto. **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.